



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 17 | Nº. 32 | Jan./Jun. de 2025

Ana Beatriz Ferreira de Oliveira

Universidade Federal do Maranhão / UFM.

beatriz.ana.fo@gmail.com

(RE)EXISTÊNCIAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (2000-2002).

RESUMO

O movimento estudantil atua em (re)existência pela educação de forma política, social, cultural e acadêmica. Este artigo explana, pela visão historiográfica, atuação na Universidade Federal do Maranhão por meio de fontes documentais de entidades representativas nos anos 2000 e 2002. Um movimento social de caráter interseccional tendo em vista a diversidade do grupo que o compõe.

Palavras-chave: Movimento Social, Movimento Estudantil, UFMA.

ABSTRACT

The student movement works towards (re)existence through education in a political, social, cultural and academic way. This article explains, from a historiographical perspective, activities at the Federal University of Maranhão through documentary sources from representative entities in the years 2000 and 2001. A social movement of an intersectional nature, considering the diversity of the group that composes it.

Keywords: Social Movement, Student Movement, UFMA

Movimento Estudantil como Movimento Social

O movimento estudantil faz parte do universo de movimentos que englobam os movimentos sociais. Reconhecido por sua efervescência em defesa da educação, traz o aspecto de combatividade e vigor nos posicionamentos frente às questões que vão além do espaço universitário. Segundo o conceito teórico de Nildo Viana (2020), o movimento estudantil é um dos principais movimentos sociais atuantes, que possui características definidas a partir do grupo social que pertencem. Enquanto movimento social, é constituído por estudantes que se articularam de acordo com a demanda da época e surgem a partir da insatisfação coletiva frente a reivindicação de direitos.

No caso do movimento estudantil, trata-se de um movimento social da área educacional, que tem como direcionamento o grupo que o compõe e as pautas que são articuladas em suas movimentações, mas também dialogam com outras demandas sociais. O movimento estudantil consiste em um espaço que reflete a política, em um diálogo com o cenário internacional, nacional, regional e, conseqüentemente, local, em suas amplas conexões. Nesse ponto, o autor Poerner (1979) diz que,

Primeiro, reponta a crescente importância do movimento estudantil dentro de nossa história global, pois que, de início, ele é apenas espasmódico, fazendo-se sentir sobretudo nos momentos cruciais de nossa sobrevivência coletiva em pontos esparsos do território que viria a ser o nacional, para os poucos, procura ser mais presente constante, em atuações muito mais formais que essenciais, para, por fim, já agora, tentar tomar consciência de si mesmo, de sua significação e função dentro do todo, de suas possibilidades e de suas limitações reais (Poerner, 1979, p. 20).

A educação acompanha o cenário político de cada país. Pode-se constatar nesse meio a atuação dos estudantes nos movimentos de resistência no meio educacional e nacional. Assim, há a formação de representação estudantil dentro das escolas, institutos e universidades como forma de lutar por suas demandas, como exemplo: União Nacional de Estudantes (UNE), Grêmios Estudantis (GE), Diretório Central Acadêmico (DCE), Diretório Acadêmico (DA), Centro Acadêmico (CA) entre outras organizações estudantis. Na pesquisa histórica, geralmente se contemplava histórias dos grandes grupos de poder, mas com as novas correntes historiográficas esse conceito foi alterado.

A base do movimento estudantil são os estudantes. Trata-se de um movimento social que busca principalmente os interesses da educação. Segundo o que preconiza Nildo Viana (2020), movimentos sociais são grupos sociais que se manifestam de acordo com alguma insatisfação que gera uma ideia de coletividade. No caso do movimento estudantil em análise, reside na relação entre a representação individual e a coletiva e uma luta anticapitalista. Essa relação, que junto ao vigor da juventude ao se manter alinhados ao seu tempo, instiga a mobilização do movimento estudantil.

Historicamente, a relação entre movimento social e educação estava inteiramente ligada a uma noção de direitos cidadãos, todavia o conceito de cidadania não estava relacionado à classe trabalhadora, pois não eram considerados cidadãos. Somente a partir do século XVIII, há uma reformulação para possibilitar que tais sujeitos históricos agissem pela transformação de suas condições na apropriação da educação. “O sonho de transformação, através de uma razão ilustrada, ampliava o leque dos cidadãos, dos não proprietários, passava pela constituição das classes populares como cidadãos, sujeitos de direitos” (Gohn, 2012, p. 17). Tais modificações correspondem ao interesse de uma educação voltada para aperfeiçoamento da classe trabalhadora para produção. Por isso, a luta dos movimentos sociais voltados para educação visa desconstruir essa ideia para que se construa uma educação conscientizadora.

O envolvimento nos movimentos sociais traz um aprendizado político, cultural e espacial com informações sobre o funcionamento administrativo público e traz experiências. Quando se trata do movimento estudantil, tem-se a educação como principal campo de atuação, que parta da finalidade do grupo que o compõem e as pautas que são articuladas em suas movimentações de acordo com as necessidades de sua época. São definidos a partir de suas características, como a efervescência em defesa da educação e o vigor nos posicionamentos que protagonizaram historicamente. O movimento estudantil traz resistências coletivas que tem seus interesses individuais.

Segundo Nildo Viana (2020), o que difere dos demais grupos de movimentos sociais é a sua condição situacional, quando a situação enquanto estudantes são acompanhadas de conscientização da realidade e união, resulta em um movimento estudantil, como exemplo, as carências que existem na área da educação ou mesmo nas instituições. Embora esteja alinhado aos interesses

da educação, é um grupo social que não está distante de outras bandeiras de luta 59 dos movimentos sociais como questões operárias, raciais, feministas, ambientalistas, entre outros. Elas coexistem aos interesses estudantis.

E, principalmente, sua bandeira de luta não se restringe em apenas lutar por condições internas dos estudantes, ligadas a universidade, mas também inclui pautas dos trabalhadores e do contexto abrangente da sociedade capitalista. Suas ações sociais não rejeitam as análises marxistas, tampouco as relações modernas das classes sociais, podemos notar em suas mobilizações uma visão ampliada nas ações na perspectiva de atacar as estruturas mais macros desse sistema [...] (Souza; Kato, 2020, p.71).

Em comparação a outros movimentos sociais, há uma questão geracional, a trajetória passageira do estudante na universidade. Nesse sentido, Lewis Feuer (1969), define o movimento estudantil como uma junção de estudantes que se inspiram em propósitos direcionados às ideologias políticas ao tempo que há uma rebelião eminente que estão latentes a renovar e transformar a atualidade tendo a geração anterior como “velha” com valores ultrapassados. Há um caráter particular desse movimento se comparado aos outros. Embora haja esse caráter situacional e transitório, a maioria das lutas tem objetivos pontuais, pois são impulsionados pela conexão que possui com outras frentes dos movimentos e não deixam de acontecer, fica a depender da conjuntura social.

As lutas, reivindicações e ações coletivas que fazem parte dos movimentos sociais, estão presentes no movimento estudantil. Conforme Breno Bringel (2009) essa agenda deve articular os outros aspectos que estão presentes nos movimentos sociais para essa definição como, “[...] definição de reivindicações, demandas e objetivos coletivos; exposição dessa problemática a interlocutores políticos por meio de diferentes estratégias e repertórios de ações coletivas; mínima organização com certo grau de continuidade no tempo [...]” (Bringel, 2009, p. 07). Essas características formalizam um movimento estudantil, todavia para que se materialize, é necessário que se construa uma frente que dialogue com demandas da juventude que estão além do espaço de formação acadêmica.

A militância estudantil é interseccional. O estudante também possui bandeiras específicas e coletivas como questões de gênero, étnico-racial, entre outros. Esse perfil ganhou força nos anos 90 como destaca Marcos Mesquita (2001, p. 59), “[...] um movimento único continua enquanto organização, mas as

frentes se ampliam enquanto possibilidades de atuação. A fragmentação e dispersão acentuadas, características dos anos 90, se expressam na identidade do movimento estudantil, e suas ações se pulverizam”. Além disso, ocorre envolvimento em outra força política como partidos políticos. Observa-se que tanto um espaço quanto esses outros somam no perfil do estudante de movimento, na formação, mas também nas articulações dentro da universidade sendo essencial para que haja aliança, um grau de protagonismo e ações exitosas.

Cabe ressaltar que essa expansão também é resultado de lutas dos movimentos que antecederam. Predominaram, ainda, novos paradigmas analíticos na análise social, fazendo recorte da sociedade não somente em classes sociais, mas em categorias étnicas, sexuais, ou por faixas etárias; o destaque ao multiculturalismo e às diferenças culturais foi o marco analítico mais geral. Contribuíram para o crescimento da educação não formal, entre outros processos, a ênfase nas políticas públicas e nas análises sociais na questão da desigualdade social, levando ao desenvolvimento de programas e projetos sociais visando promover a inclusão social (Gohn, 2012, p.08).

Observa-se que se trata de um movimento amplo com interesses de múltiplas faces. No caso de movimentos com tendência da esquerda, subversivo à ordem capitalista que tende a excluir diversas camadas da sociedade. Espaços de construção e conscientização da realidade. Também carregam uma função educativa como a consciência adquirida sobre os direitos e deveres dos indivíduos de uma sociedade e as formas de organização para que sejam cumpridos. “A educação ocupa um lugar central na acepção coletiva da cidadania. Isto porque ela se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo” (Gohn, 2012, p. 21). São indivíduos que se reconhecem por condições semelhantes, e este é um caminho para desconstrução de uma realidade que os excluem.

Trata-se de um grupo plural e diversificado, interseccional que também soma à luta suas peculiares insatisfações, um movimento social formado por estudantes. “Quando essa insatisfação é acompanhada por um senso de pertencimento e determinados objetivos, que geram união, organização e consciência, temos o movimento estudantil” (Viana, 2020, p. 13). É necessário

que os estudantes possuam insatisfação para que haja ação coletiva a partir dos objetivos.

(RE) existências na Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

No Maranhão, a educação superior foi tardia comparada ao resto do país, devido a um conjunto de problemas econômicos, sociais e políticos que permeavam na época. Assim como em todo o país, foi fundada e mantida por fins lucrativos particulares da Fundação Paulo Ramos¹. O ensino superior se consolidou no Maranhão em forma de escolas isoladas, porém interligadas na gestão até o processo de federalização². Primeiramente como Fundação Universidade do Maranhão (FUM), foi instituída a Faculdade de Direito de São Luís, Faculdades de Farmácia, Odontologia e pela Universidade Católica do Maranhão criada e mantida pela Arquidiocese de São Luís por meio da Sociedade Maranhense de Cultura Superior (SOMACS) que compunha a de Filosofia, Letras, Medicina, Serviço Social e de Enfermagem. O processo de federalização deu-se após tentativas de criação a partir de Antônio Dino, enquanto deputado federal, diante do Ministério da Educação em articulação com Mário Meireles, José Ribamar Carvalho, Clodoaldo Cardoso, entre outros. Naquela época a Sociedade Maranhense de Cultura Superior (SOMACS) apresentou dificuldades em se manter por falta de recursos, e a solução foi entregar ao Governo Federal que reuniu todos os cursos.

Sancionada pelo então Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco no Palácio do Governo, teve Pedro Neiva como reitor. O Decreto nº 59.941, de 06/01/1967 aprovou o Estatuto de sua fundação. Como primeiros dirigentes o “Prof. Pedro Neiva de Santana como Reitor; o Prof. Mário Martins Meireles³, Vice-Reitor Administrativo e o Cônego José de Ribamar Carvalho, Vice-Reitor Pedagógico, isso em conformidade com o projeto do Estatuto da Universidade” (Histórico da UFMA). Conforme Márcia Costa (2014), o nascimento do ensino superior no Maranhão ficou localizado em São Luís, e o

¹ Instituição mantedora do ensino superior maranhense antes do processo de federalização.

² Ver livro de Regina Faria, *Memória de Professores: histórias da UFMA e outras histórias* (2014). Entrevista realizada com Mário Martins Meireles.

³ Um dos idealizadores do ensino superior que contribuiu para fundação da Faculdade de Filosofia no Maranhão.

primeiro curso que se tem conhecimento foi o de Direito, “[...] inicialmente no Beco da Sé, hoje travessa D. Francisco; depois da Rua do Sol, a esquina da Travessa do Sineiro (Godofredo Viana), defronte ao Teatro Arthur Azevedo, em prédio próprio, segundo Mário Meireles” (Costa, 2014, p. 66).

Na UFMA, houve a organização dos centros. Segundo Carla Ribeiro (2011), organizam-se os departamentos, matrícula por disciplinas, os créditos para cumprimento e ocorre a divisão de professores e alunos. Nesse período ocorre a inauguração da primeira unidade do Campus Bacanga, o prédio “Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco” em 1972, onde passou a funcionar de forma gradual os órgãos acadêmicos e administrativos que funcionavam em outros prédios pelo centro de São Luís. Uma das primeiras medidas foi a ampliação do campus universitário e a implantação dos projetos Colégio Universitário (COLUN). Assim, ocorre expansão e consolidação da Universidade Federal do Maranhão.

Dentre as entidades estudantis que atuam na UFMA, tem-se o Diretório Central dos Estudantes “17 de setembro”, com a função de representar os estudantes da universidade que possui vínculo com os D.A’s/C.A’s com a militância nacional e regional. O Centro Acadêmico de História “Lagoa Amarela” atua em demandas internas e regionais em conexão com as nacionais. O Centro Acadêmico de História “Lagoa Amarela”, fundou-se como entidade representativa dos estudantes de História da Universidade Federal do Maranhão em São Luís.

O nome “Lagoa Amarela”, deu-se por conta de um quilombo do Maranhão, no Brejo, fundado por Cosme Bento das Chagas, mais conhecido como Negro Cosme. “Lagoa Amarela” representava o lugar de resistência ao sistema escravocrata, onde eram desenvolvidas atividades educativas para os negros escravizados que ali chegavam. De tal inspiração veio o nome atribuído à entidade de representação estudantil. Como entidades representativas, o Centro Acadêmico de História Lagoa Amarela e o Diretório Central dos Estudantes 17 de setembro (DCE). O Diretório Central dos Estudantes 17 de setembro faz referência à Greve de 1979 pela meia passagem em São Luís no mandato do governador João Castelo. Um movimento que marcou a geração, rememorado em produções e em espaços de luta da juventude ludovicense, na memória coletiva do movimento estudantil.

Com um histórico de resistências, nos anos 2000 a 2022 as universidades públicas estavam em resistência com os movimentos, inclusive de estudantes, para que continuasse pública, gratuita e de qualidade apesar do sucateamento histórico incentivado pela iniciativa privada nos anos 90 baseado em preceitos neoliberais. O cenário político compreende o final do segundo mandato de FHC (1995-2002), as eleições presidenciais de 2002, em seguida dois mandatos do governo Lula (2003-2010). Tais governos tiveram por base epistemológica a reforma do Estado brasileiro, incluindo o ensino superior no conceito e ressignificação entre o público e privado.

As recorrentes manifestações estudantis condiziam com a crise que alcançava as classes menos favorecidas da sociedade maranhense. Firmados no discurso de investimento ser um gasto, o caminho de acesso ao ensino superior se estreitava. Nas universidades, ocorreram um incentivo ao eficientismo à competição a fim de mostrar serviços e evitar maiores cortes. Um processo de diminuição das verbas e incentivos, inclusive dos salários nas IFES.

Acervo 1 – Revista Movimento UNE nº 2, 2001.



Outros arquivos relacionados a movimentos de resistência são verificados no CAHIS Lagoa Amarela. A revista Movimento nº 2 publicada pela UNE retratou o contexto e posicionamento dos estudantes diante do que enfrentavam no Governo de FHC. A publicação ocorreu durante um movimento organizado pelos estudantes juntamente com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), deputados e senadores constituindo a Frente em Defesa do Movimento Estudantil.

Ressalta-se que houve participação das faculdades particulares que resistiam contra as mensalidades abusivas “Os estudantes não abrem mão de serem atores do mundo e do país. Não escrevemos essa história sozinha, mas queremos participar ativamente dela” (Revista Movimento UNE, CAHIS-UFMA, 2001). Segundo os estudantes, a reforma que perpassava o país, trazia para o contexto da educação, o descumprimento da universidade pública e o projeto de acesso democrático.

Há dois meses em greve, nada indicava disposição de negociar por parte do governo. A crise instalada pela paralisação é apenas a ponta do iceberg de um processo que o sistema federal de ensino superior vem sofrendo nos últimos anos, em particular nas duas gestões em que o sociólogo e o professor Fernando Henrique Cardoso permanecem no governo. A reforma do Estado, na esfera econômica, representou privatização das empresas estatais, suposta “racionalização” nos gastos públicos, proteção ao sistema financeiro e abertura indiscriminada do mercado a produtos estrangeiros (Revista Movimento UNE, CAHIS-UFMA, 2001).

A exigência do sistema de avaliação para validar a existência do curso superior foi decorrente da LDB em todos os níveis. No ensino básico o Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB) enquanto ensino superior o Exame Nacional de Curso (ENC), conhecido inclusive pelos estudantes como “Provão”, para validar a renovação e credenciamento dos cursos pelas instituições que recebeu crítica vindas dos estudantes, além das disputas políticas, expressaram campanhas contra o sistema de avaliação de FHC.

Acervo 2 – Jornal da FEMEH. *Provão, eu não faço!*



Fonte: CAHIS-UFMA, 2001.

No primeiro ano, foram avaliados cinco cursos, ao atingir 75% de matrículas no ensino superior foi ampliado. Os exames abrangiam todos os discentes concluintes dos cursos avaliados e permitiu ter um panorama de comparação da qualidade de formação nas instituições. A UNE e outras organizações estudantis como as federações de cursos saíram contra os indicadores que produzia o exame no risco de justificar a existência de cursos ou envio de verbas voltadas as universidades. Para Arthur Poerner (2004) “[...] desempenharam uma forte propaganda contra o chamado Provão, incentivando a elaboração de um novo sistema que avaliasse as condições de ensino, e não o ranqueamento de notas que o exame propunha” (Poerner, 2004, p. 302). Como resistência, a UNE distribuiu panfletos e um “contra-provão”.

A agenda governamental baseada em cortes e privatizações, inclusive da educação, resultou em descontentamento à medida que Lula estava alinhado ao desejo do povo. O CAHIS *Lagoa Amarela* e o DCE *17 de setembro* com os demais movimentos de estudantes se juntaram aos professores, uniram-se em diversas greves para pressionar sobre as problemáticas de estrutura, mas que também fortaleciam a candidatura de Lula. Na plataforma política em 2002, o documento denunciou um quadro de redução do financiamento à educação superior federal traduzido na queda drástica dos gastos da União com suas instituições. Dentre os compromissos assumido, estavam de assegurar fluxo de investimentos estatais para o segmento federal, visando a melhoria da qualidade do ensino superior ofertado (Carvalho, 2014, p. 230).

A passagem de FHC para Lula implicou em reformulações das políticas educacionais, bem como o abandono, ampliação e criação de programas tanto

da educação básica quanto superior. No que diz respeito aos recursos públicos direcionados ao segmento federal, observam-se as despesas com pessoal, manutenção e investimento das IFES ao longo da gestão de Lula (2003 -2010) comparando-se com a gestão de seu antecessor (1995- 2002).

Os gastos foram destinados ao pagamento do pessoal ativo, a máquina pública como consumo, serviços de terceirizados, pagamento de água, luz, telefone, conserto de equipamentos e manutenção em prédios, e os investimentos à realização de obras, equipamentos, material permanente, livros (Carvalho, 2014, p. 231). As eleições de 2002 foram vislumbradas, por boa parte da população brasileira, com ênfase dos movimentos sociais e sujeitos que estavam na linha de frente da resistência, como uma real possibilidade de mudança, todavia com a chegada à presidência, em 2003, a política educacional neoliberal que foi consolidada por FHC continuou. Mesmo se com um discurso contra a mercantilização da educação.

A privatização da educação superior sem planejamento, paralelo ao crescimento acelerado da rede privada acelerada pela intensa diferenciação institucional e transformação dos Institutos de Ensino Superior (IES) em universidades, como também a dificuldade das camadas sociais de acessar e permanecer no nível educacional de universidades particulares com elevada evasão, foi um impasse diante dessa ação. Diante do sucateamento e da pressão do movimento estudantil, os acordos de campanha do candidato Lula, houve priorização do modelo universitário público por contemplar princípios fundamentais da autonomia universitária, o tripé: ensino, pesquisa e extensão. Portanto, a política educacional focou em, “[...] manter o crescimento absoluto do sistema educacional de nível superior, cujo predomínio esmagador concentrava-se no segmento particular, e, simultaneamente, redirecionar parcialmente os instrumentos existentes em prol do segmento federal” (Carvalho, 2014, p. 216). A agenda governamental consistiu em ampliar de modo significativo as vagas nas universidades públicas.

Os estudantes nutriram esperança de realização das bandeiras no governo Lula. Assim, o movimento estudantil vivenciou a linha tênue da posição/oposição dos governos e suas políticas educacionais voltadas ao ensino superior. Aos finais dos dois mandatos de FHC, vem a esperança de ruptura das políticas neoliberais bem como as privatizações e possibilidade de implantação

de bandeiras históricas do movimento estudantil, como ampliação dos recursos públicos à educação, todavia para Gabriel Paiva (2011), a composição dos ministérios, já sinalizava que a utopia precisava vir à realidade política. Assim, foi necessário que movimento estudantil, organizassem suas pautas no intuito de pressionar o governo.

Considerações Finais

O movimento estudantil é um movimento social em que seus integrantes são transitórios, pois ocorre a mudança de suas condições enquanto sujeitos, mas essa passagem se faz intensa e necessária para os estudantes que se engajam nas problemáticas e tramas de sua época. Colabora para o funcionamento da universidade, e traz formação tanto acadêmica quanto de vida.

O histórico do ensino superior aponta que esse espaço é uma das principais ferramentas utilizadas pela classe dominante para manutenção do poder, e na contramão de todo o processo. A história do movimento estudantil no Brasil demonstra que uma parcela significativa dos estudantes do ensino superior, juntamente com movimento de secundaristas, de docentes e técnicos, sempre buscou fazer o enfrentamento necessário em defesa de uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

A mobilização estudantil é de extrema importância para funcionamento da universidade, afinal são sujeitos ativos que vivenciam o espaço e observam as necessidades, isto é, os avanços e as tensões que circulam. Um estudante engajado nos movimentos se apropria do conhecimento político, sente que faz parte do sistema que rege, tem consciência que faz parte de um movimento histórico.

O histórico da UFMA destaca que sua (re) existência vem com participação estudantil desde sua criação e federalização. As fontes sinalizam os estudantes como agentes que foram protagonistas na luta contra a Ditadura Militar, mas também estiveram na redemocratização contra a privatização em forma de sucateamento da UFMA. Juntos, professores e estudantes estiveram em linha de frente pelo *Fora FHC* e *FMI*. Nos anos 2000, a transição política criou uma expectativa nos estudantes da UFMA, anseio pela imediata mudança quando iniciou o governo Lula. As políticas e programas educacionais foram

essenciais para expansão e acesso ao ensino superior, todavia a permanência e qualidade no caso das faculdades particulares era questionável por ir contra a proposta dos estudantes que seria inserir as verbas públicas para expansão da universidade pública.

A UFMA, bem como outras universidades, foi reflexo dessa expansão e transformação no período de 2000 a 2007. O DCE *17 de setembro* e o CAHIS *Lagoa Amarela* desempenharam posições atuantes nesse movimento pela garantia de acesso e permanência dos estudantes. Atuaram como mediadores das políticas educacionais implantadas, dentre elas, o REUNI. Além disso, o CAHIS *Lagoa Amarela* esteve conectado a debates acadêmicos de assistência estudantil, tais como moradia, alimentação e bolsas. Na ocasião, o movimento estudantil da UFMA, atuaram dentro e fora dos muros construídos da universidade. Assumiram posição de resistência, como também de protagonistas na busca por seus direitos.

Referências bibliográficas

BRINGEL, Breno. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. *EccoS Revista Científica* [en línea]. 2009, 11(1), 97-121. ISSN: 1517-1949. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71512097006>. Acesso: 12/12/2023.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 58, p. 209-244, jun. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p.209-244>.

COSTA, Márcia Cordeiro. **Movimento Estudantil acadêmico e a imprensa estudantil no Maranhão (1930-1950)**: uma contribuição à história da educação. São Luís, 2014.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e educação*/ Maria da Glória Gohn. – 8.ed. – São Paulo: Cortez, 2012. – (Coleção questões da nossa época; v.37).

MESQUITA, Marcos Ribeiro. **JUVENTUDE E MOVIMENTO ESTUDANTIL: O “velho” e o “novo” na militância**. Março de 2001. Pág 47- 117

POERNER, Arthur José. **O Poder Jovem: História da participação Política dos Estudantes Brasileiros**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1979.

SOUZA, Reinaldo Antônio do Amor Divino de. KATO, Fabíola Bouth Grello. **MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA E OS**

REFLEXOS EM SEU DECLÍNIO PELA LÓGICA MECADOLÓGICA DO GRUPO SER EDUCACIONAL: alguns resultados de pesquisa. IN: **Movimento Estudantil: diálogos e perspectivas em debate**. Victor Fernando Ramos de Oliveira (org.). Curitiba CRV, 2020. p. 69-82.

VIANA, Nildo. **Movimento Estudantil, dualidade reivindicatória e entrelaçamento reivindicatório**. In: Nildo Viana (org.). Movimento Estudantil em foco. Coleção Movimentos Sociais, v.2. NEMOS -Núcleo de Estudos e Pesquisa em Movimentos Sociais, 2020.

Ana Beatriz Ferreira de Oliveira

Ana Beatriz Ferreira de Oliveira, Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Maranhão, Especialista em Ensino de História do Maranhão pelo Instituto Superior Franciscano, Graduação em História pela Universidade Federal do Maranhão.

Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/9488563337713830>.
